

S  
UFRJ / IE  
TD 15

NS 560291

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

CRISE (D) E PENSAMENTO LATINO-AMERICANO  
EM RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

Rafael de Gonçalves

TD 15

Textos para Discussão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

TD 15

CRISE (D) E PENSAMENTO LATINO-AMERICANO  
EM RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

Reinaldo Gonçalves



43 00807

**anpec**  
ANPEC  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE ECONOMIA DO  
PARAGUAIANO  
INDUSTRIAL

Este trabalho foi impresso  
com a colaboração da ANPEC  
e o apoio financeiro do PNPE

PROGRAMA NACIONAL DE  
**PNPE**  
PROGRAMA NACIONAL DE  
ECONOMIA

S  
 UFRJ/IE  
 TD 15

Reinaldo Gonçalves  
 1983

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. O PENSAMENTO DA CEPAL	
2.1. Contribuições Fundamentais	3
2.2. A Deterioração dos Termos de Troca	5
2.3. Desequilíbrio Externo e Política Econômica	9
2.4. Crise do Paradigma	13
3. A ESCOLA DA DEPENDÊNCIA	
3.1. Considerações Conceituais e Metodológicas	16
3.2. Principais Formulações	20
3.3. Crise do Paradigma	26
4. O PENSAMENTO LATINO-AMERICANO EM RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS DURANTE A DÉCADA DE 70	30
5. SUMÁRIO E CONCLUSÃO	34
NOTAS	43
BIBLIOGRAFIA	47

Este estudo foi preparado para o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES) do Rio de Janeiro. Obviamente, as análises e posições aqui apresentadas são da inteira e exclusiva responsabilidade do autor. Neste estudo contamos com a valiosa assistência de Eduardo da Fonseca Mendes e de várias outras pessoas que nos beneficiaram com suas sugestões, e às quais queremos expressar nossa gratidão. O autor é professor na FEA

CRISE (D)E PENSAMENTO LATINO-AMERICANO EM  
 RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

"Uma grande virtude do compromisso com paradigmas é que eles liberam os cientistas de engajar-se em problemas minúsculos".

Thomas S. Kuhn

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta parte do trabalho é discutir as principais características e a crise de dois importantes paradigmas do pensamento latino-americano em relações econômicas internacionais, a saber, o Pensamento da Cepal e a Escola da Dependência. Vale destacar, que estes paradigmas não se referem especificamente às relações internacionais, que surge enquanto um elemento fundamental do que poderíamos chamar de um Pensamento Latino-americano sobre o processo de Desenvolvimento. Adicionalmente, procuramos discutir a situação do pensamento latino-americano em relações econômicas internacionais durante a década de 70.

A concepção de paradigma utilizada neste estudo tem como referência os trabalhos de Kuhn, para quem Paradigmas são definidos como "aquelas realizações científicas que todos os praticantes de um dado campo conhecem intimamente e admiram, realizações sobre as quais eles modelaram sua própria pesquisa e que forneceu-lhes uma medida do seu conhecimento" (Kuhn, 1963,

p. 85) (1).

No que concerne à existência de paradigmas Khun argumenta que "não existe nada igual a isto nas artes, e os paralelismos nas ciências sociais são na melhor das hipóteses parciais". (Khun, 1963, p.86).

Neste sentido, parece um tanto abusivo a utilização do conceito de paradigma para o chamado Pensamento da Cepal e a Escola da Dependência. Todavia, estas 'correntes' ocuparam uma posição hegemônica no pensamento latino-americano que, embora, não tenha sido única, pode levar-nos a atribuir-lhes um papel de 'quase-paradigmas'. Para evitar a utilização de novos conceitos, com validade científica duvidosa, e sem a pretensão de grande vigor, utilizaremos ao longo do texto o conceito de paradigma no sentido lato, para caracterizar essa hegemonia da Cepal e da Escola da Dependência no pensamento Latino-americano.

## 2. O PENSAMENTO DA CEPAL

### 2.1. Contribuições Fundamentais

Com o término da II Grande Guerra e a partir das incipientes experiências de industrialização substitutiva de importações, desenvolveu-se todo um debate no plano acadêmico acerca dos benefícios e custos de uma divisão internacional do trabalho, na qual os países avançados eram responsáveis pelo comércio de produtos manufaturados, ficando as economias sub-desenvolvidas como exportadoras de produtos primários. Assim, foi no âmbito das Nações Unidas, particularmente na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), sob a liderança do economista argentino Raul Prebisch, que se procurou levantar argumentos teóricos questionando a validade desta divisão internacional do trabalho, sob o ponto de vista do processo de desenvolvimento de longo prazo das economias primário-exportadoras.

As contribuições da Cepal para uma teoria do desenvolvimento econômico foram bastante significativas e tiveram um certo impacto sobre as outras regiões sub-desenvolvidas, como também sobre o mundo acadêmico anglo-saxônico. Estas contribuições, fazem parte de um corpo teórico desenvolvido principalmente durante a década de 50, e que apresenta um grau satisfatório de coerência. Na realidade, conforme argumentam alguns autores, o pensamento cepalino da década de 60 "não registra ne

num avanço significativo na interpretação do processo global de desenvolvimento" (2).

O pensamento da Cepal, cujas origens podem ser encontradas nos trabalhos de Raul Prebisch da década de 30 e 40, ao desenvolver-se sobre a concepção original de centro e periferia, possui um caráter estruturalista, pois "tal concepção define certas peculiaridades da estrutura periférica: esta diz-se heterogênea, para indicar que existem atividades onde a produtividade do trabalho é elevada, e setores onde a mesma é muito baixa, devido ao atraso tecnológico; ademais, ela é qualificada de especializada, na medida em que a atividade exportadora concentra-se em poucos bens primários, e em que carece de muitos dos setores existentes nas economias modernas onde as técnicas capitalistas se difundiram com amplitude. Por contraste, a estrutura produtiva dos centros se considera homogênea e diversificada." (Rodrigues, 1980, p.6).

O enfoque estruturalista fica ainda mais evidente na seguinte visão sintética do pensamento cepalino: a estrutura produtiva heterogênea e especializada da periferia não permite a absorção do excedente de mão-de-obra existente, e influi no sentido de reduzir os preços relativos dos produtos exportados. Estes elementos, por seu turno, levam a um aumento do diferencial de renda entre o centro e a periferia.

Na realidade, o pensamento cepalino desenvolveu-se, a

partir da concepção de Centro e Periferia, sobre três idéias (tendências) fundamentais: o desemprego estrutural, a deterioração dos termos de troca e o desequilíbrio externo. Neste sentido, concentramo-nos nos dois últimos, pois o nosso interesse é específico às relações econômicas internacionais da América Latina.

## 2.2. A Deterioração dos Termos de Troca

Em 1949 Prebisch apresenta os primeiros fundamentos do que viria a ser conhecida como a tese da deterioração dos termos de troca, que tem levado deste então a uma discussão intensa não só no plano teórico como também e, principalmente, no plano empírico. Na realidade, é devido a uma certa falta de material empírico que faz com que encontremos periodicamente na literatura econômica uma discussão acerca da tese de Prebisch, a partir de novos elementos empíricos.

Um aspecto importante da tese de Prebisch é não só a sua implicação em termos de política para o desenvolvimento econômico, mas também as questões teóricas vinculadas ou derivadas desta tese, particularmente no âmbito da teoria da vantagem comparativa do comércio internacional. Este último aspecto tem levado a um grande número de economistas especializados na área de comércio internacional a escrever sobre o assunto (1). Assim, colocada a relevância da tese de Prebisch, quais são os argumentos teóricos básicos de Prebisch que têm suscitado também debate e, inclusive uma dis -

cussão recente sobre os elementos empíricos envolvidos (4)?

A tese de Prebisch é que deveríamos esperar uma deterioração secular dos termos de troca entre produtos primários e produtos manufaturados em virtude da interação de vários fatores.

Em primeiro lugar, temos que se por um lado ocorre uma retenção praticamente integral dos frutos do progresso técnico em países desenvolvidos, fazendo com que o aumento de produtividade seja absorvido pelos fatores de produção através de uma maior remuneração tanto do trabalho quanto do capital; por outro lado, nos países subdesenvolvidos de economia primário-exportadora ocorre uma transferência do aumento de produtividade para os preços dos produtos primários colocados no mercado internacional em virtude de uma desorganização da classe trabalhadora nestes países, que sem uma organização sindical forte não exercem pressão suficiente para a absorção dos frutos do progresso técnico. (Prebisch, 1949).

Em segundo lugar, em decorrência de características do processo de desenvolvimento econômico, os produtos primários tendem a ter uma elasticidade-renda inferior à dos produtos manufaturados; isto é, a operação da conhecida lei de Engels faz com que o consumo de produtos primários tenha uma taxa de expansão inferior à dos produtos manufaturados. Particularmente no caso de produtos intermediários que servem de insumo, o progresso tecnológico tem levado à sua substituição por sinté-

ticos, o que reduz mais ainda a expansão do consumo de produtos primários à escala mundial.

Finalmente, e alguns anos após colocar os fundamentos básicos da tese da deterioração secular dos termos de troca entre produtos primários e produtos manufaturados, Prebisch (1964) chama a atenção para o impacto negativo das políticas comerciais implementadas pelos países desenvolvidos sobre os termos de troca dos países subdesenvolvidos. Assim, ao colocar restrições à entrada de produtos primários nos seus mercados internos e ao conceder estímulos à produção doméstica de produtos primários, os países desenvolvidos tendem a afetar os preços internacionais através de restrição à demanda e ampliação da oferta internacional de produtos primários.

Para fundamentar a sua tese, Prebisch utilizou-se dos índices de comércio exterior do Reino Unido enquanto 'proxies' para os índices de preços de produtos primários e produtos manufaturados no período 1876-1947. A utilização dos índices de comércio exterior do Reino Unido por Prebisch, como uma 'proxy' da relação entre os preços dos produtos primários e dos manufaturados, tinha por base o fato de que na maior parte do período 1870-1939 este fora o mais importante importador de produtos primários e exportador de manufaturados.

A partir das séries de Schlote e Board of Trade, Prebisch construiu sua série onde notava-se, nitidamente, uma se-

maneira que se cria ao longo do tempo uma adequação entre as necessidades e a capacidade de importação". Colocando de outra forma, "as transformações da estrutura produtiva inerentes à industrialização da periferia, assim como as transformações na gama de importações que a acompanham, não se dão na prática de acordo com as condições de proporcionalidade necessárias para manter o equilíbrio externo". (Rodrigues, 1980, pp.70-71).

Como decorrência do desequilíbrio gerado pela defasagem no aumento da capacidade de importar (decorrente da existência de uma estrutura produtiva heterogênea e especializada) e das necessidades de importação (associadas ao processo de industrialização substitutivo de importações) ocorre o estrangulamento do setor externo. Este fenômeno iria, na realidade, freiar o processo de industrialização em virtude de uma crescente dificuldade de substituição de importações e da crescente rigidez da pauta de importações.

Adicionalmente, nos processos de industrialização mais avançados, o estrangulamento externo pelo lado da balança comercial aumenta a vulnerabilidade da economia, pois a atividade produtiva e o processo de acumulação de capital corrente dependem sobremaneira da importação de insumos básicos e bens de capital. A tentativa de se superar este obstáculo do endividamento externo vai aumentar ainda mais a vulnerabilidade das economias periféricas, pois torna-se cada vez mais difícil gerar divisas para pagar o serviço de uma crescente dívida externa.

Reconhecido o fato de que o desequilíbrio externo é inerente ao processo de industrialização substitutivo de importações, encontra-se no conjunto de trabalhos da Cepal uma série de formulações de política econômica orientadas para as relações econômicas internacionais da América Latina.

Em primeiro lugar, destaca-se a questão da proteção ao mercado interno. O argumento central é de que a proteção viabiliza o processo de industrialização em virtude do grande diferencial de produtividade entre setores industriais no centro e na periferia (Prebisch, 1955). Adicionalmente, a proteção do mercado do setor industrial doméstico também opera enquanto um importante instrumento de limitação das importações e, por conseguinte, de redução da magnitude do fenômeno do estrangulamento externo. A magnitude da proteção deve ser mínima de forma a compensar o diferencial de produtividade, e deve estender-se àqueles setores de maior prioridade numa fase específica do processo de industrialização substitutivo de importações.

Em segundo lugar, encontramos a proposta favorável à uma maior integração latino-americana (Prebisch, 1954). O argumento central é que por uma questão de ganhos de escala, decorrente do reduzido tamanho dos mercados latino-americanos compativamente ao tamanho das plantas produtivas desenvolvidas nas economias avançadas, haveria um maior benefício para a re-

gião se através do comércio se procurasse reduzir o nível de capacidade ociosa das plantas produtivas.

Um terceiro argumento de política econômica prende-se à questão do financiamento externo. Embora seja considerado importante em fases específicas do processo de industrialização para compensar o desequilíbrio na balança comercial, reconhece-se que o mecanismo de financiamento e endividamento externo deve ser usado de maneira transitória, pois, de outra forma, pode-se agravar o fenômeno do estrangulamento externo com crescente serviço da dívida.

Finalmente, no que concerne à entrada do capital estrangeiro na forma de investimento direto, as dificuldades do setor externo e o atraso tecnológico indicam a importância das empresas multinacionais no processo de industrialização substitutivo de importações. Todavia, o recurso ao investimento externo direto é visto de uma forma 'pro-tempore', e no conjunto do pensamento da Cepal mantinha-se uma certa reserva com relação ao papel da empresa estrangeira na industrialização latino-americana. Neste particular, contudo, não se encontram propostas bem definidas de política. (Cardoso, 1977, pp. 43).

#### 2.4. Crise do Paradigma

Sem dúvida, o pensamento da Cepal sofreu críticas de 'ortodoxos', liberais 'heterodoxos' e marxistas (Cardoso, 1977). Contudo, o pragmatismo racionalista definia o escopo das idéias e das propostas de política econômica da Cepal, <sup>que</sup> foram abrangentes o suficiente na medida em que, por um lado, a industrialização fazia parte das lutas antiimperialistas e, por outro, a burguesia nacional era um agente histórico fundamental - juntamente com os estados locais - para a construção do capitalismo nacional autônomo. Adicionalmente, uma posição inconclusiva com relação a questões controversas, como, por exemplo, o papel do capital estrangeiro no processo de industrialização, evitou a criação de áreas de conflito junto a grupos sociais e políticos que apoiavam o projeto de crescimento econômico via industrialização substitutiva de importações defendido pela Cepal. Vale ainda mencionar, que para o pensamento da Cepal foi possível conviver também com o reformismo político-social americano da época de Kennedy e da Aliança para o Progresso, como ficou caracterizado na reunião da OEA em Punta del Este em 1961.

Contudo, em meados dos anos 60, a experiência de desenvolvimento, em particular, as das relações econômicas internacionais da América Latina, indicavam o fracasso do projeto Cepalino de



um capitalismo nacional autônomo para a região. A grande expansão das empresas transnacionais desde fins da Segunda Grande Guerra e a manutenção de obstáculos ao desenvolvimento decorrentes do desequilíbrio do setor externo, em paralelo com o processo de industrialização, levaram à uma revisão do pensamento Cepalino.

Adicionalmente, constatava-se que o desenvolvimento da América Latina com as necessárias mudanças estruturais, também encontram obstáculos importantes de ordem política. Assim, a maior complexidade das questões indicava que faltava ao pensamento da Cepal um enfoque de classe.

Durante os anos 60 o pensamento da Cepal não apresenta nenhum avanço significativo em termos de um aperfeiçoamento do enfoque analítico original. Nos documentos da instituição deste período fica cada vez mais manifesta a presença de problemas como o endividamento externo, o papel das empresas transnacionais, o desequilíbrio na balança comercial, a concentração da renda, a marginalidade e aumento do desemprego e subemprego, o atraso da agricultura, e o aumento das tensões políticas e sociais na região. (Rodrigues, 1980, p.13).

O argumento acima também poderia ser estendido para os anos 70, embora, deva-se destacar dois aspectos importantes. No plano concreto da evolução das relações econômicas externas da América Latina e da economia mundial, um aspecto importante

é a crise financeira, comercial e produtiva que irá afetar drasticamente as políticas econômicas e as estratégias de desenvolvimento dos países da região. Naturalmente, a adaptação da América Latina às novas condições criadas pela crise passa a ser uma das preocupações centrais da Cepal (Iglesias, 1982).

Um segundo aspecto, a ser destacado no plano de evolução do pensamento latino-americano, é a tentativa de Raul Prebisch a partir de meados dos anos 70 de interpretar a problemática do subdesenvolvimento a partir de uma perspectiva globalizante (econômica, política e social). Este último aspecto será discutido na parte final do trabalho.

Para concluir, o pensamento da Cepal entra em 'crise' quando este é ultrapassado pela realidade do processo de desenvolvimento latino-americano, e quando verifica-se a necessidade de um enfoque analítico mais complexo. E neste enfoque deveria-se "destacar a interrelação dos fatores políticos com os econômicos e deveria-se reconhecer o fato de que a política econômica nacional pode negociar tanto com governos estrangeiros como com empresas do exterior. Estas são as preocupações dos que abordam a análise da dependência". (Urquidí y Thorp, 1973, p. 13).

### 3. A ESCOLA DA DEPENDÊNCIA

#### 3.1. Considerações Conceituais e Metodológicas

Em meados dos anos 60 o estudo da problemática do subdesenvolvimento alcançou um estágio crítico. Por um lado, existia uma insatisfação generalizada com a Economia do Desenvolvimento e a Sociologia do Desenvolvimento (5). Por outro, a magnitude e complexidade dos problemas nos países subdesenvolvidos aumentou substancialmente, com a realidade do atraso econômico, a insegurança política, e o aprofundamento das relações internacionais tendo efeitos profundos sobre estas sociedades.

De uma perspectiva latino-americana, a substituição de importações, depois de fases sucessivas, tinha entrado em crises que tiveram efeitos profundos sobre a estrutura sócio-política e econômica da América Latina. Em meados dos anos 60 um sentimento quase que generalizado na América Latina, era de uma situação insatisfatória, pois a realidade do subdesenvolvimento tinha afetado uma parcela crescente da população e, adicionalmente, não havia reduzido significativamente a vulnerabilidade econômica da região.

E, então, a realidade do subdesenvolvimento, as crises do modelo de substituição de importações, a continuidade de vulneráveis relações internacionais, e inadequação das explicações teóricas que levaram a revisões críticas dos problemas de subdesenvolvimento no plano teórico. Estes são, na realidade,

os elementos que constituem as raízes da Escola da Dependência, que surge, como um esforço no sentido de um melhor entendimento da dinâmica do processo de subdesenvolvimento e, em particular, das relações econômicas internacionais da América Latina. (6)

Quais são os principais aspectos teóricos e metodológicos deste novo enfoque para os problemas do subdesenvolvimento, que surge na América Latina em meados dos anos 60 ?

O pressuposto teórico básico da Escola da Dependência é o entendimento do processo de subdesenvolvimento e desenvolvimento como um único processo, de modo que análise de cada situação de subdesenvolvimento (de agora em diante entendido como situação de dependência) deve tomar em consideração o desenvolvimento do sistema capitalista como um todo. (7)

Neste sentido, a categoria de 'dependência' surge não somente para caracterizar situações 'condicionadas' ou 'induzidas', mas também, e principalmente, para reconhecer a existência de uma estrutura metodológica de análise na qual o dinamismo de alguns países ou grupos de países (Periferia, Satélites, Subdesenvolvidos, Terceiro Mundo, Países Dependentes, ou qualquer dos nomes que se dá para este grupo) é histórica e estruturalmente vinculado ao dinamismo de outros países (Centro, Metrópole, Bloco Desenvolvido, e etc). Estes vínculos surgem de uma forma estrutural porque ambos os grupos são sub-sistemas com dadas estruturas internas (econômica, política, social, e

cultural), e eles compõem um sistema global - o Capitalismo - cujo funcionamento é caracterizado pela articulação destas das estruturas. Estes vínculos ainda surgem num nível histórico porque estas estruturas estão mudando, e transformações criam novas formas de articulação que caracterizam o dinamismo do sistema capitalista como um todo.

Este dinamismo do sistema capitalista determina padrões particulares de evolução de grupos distintos de países. É neste ponto, que o conceito de dependência surge, porque, se por um lado, os vínculos históricos e estruturais permitem a um grupo de países alcançar uma dinâmica de desenvolvimento baseada preponderantemente nas suas próprias estruturas; por outro, existe um grupo de países cujo dinamismo é baseado na relação entre suas estruturas e as estruturas de outros grupos. Não obstante, neste ponto é muito importante, enfatizar que, naturalmente, não vigora a visão simplista do 'fator externo' como o dominante, porque supõe-se que as estruturas internas têm sua própria dinâmica, que foi desenvolvida através de uma articulação histórica com as estruturas externas.

Assim, ao tomar-se em consideração a evolução de situações de dependência, é muito importante identificar historicamente as articulações específicas ou relações entre as estruturas internas e externas. Em outras palavras, a análise da situação de dependência exigiria uma identificação de mecanismos de dependência. Adicionalmente, a análise do processo de sub-

desenvolvimento/desenvolvimento também exigiria o conhecimento das mudanças estruturais destes mecanismos.

Para ser mais preciso poderia-se argumentar que cada país (dependente) tem uma forma particular de dependência, num momento histórico específico, e cada forma de dependência incorpora diferentes mecanismos de articulação entre estruturas internas e externas. Assim, é o conhecimento da especificidade histórica das relações de dependência que explicaria em grande parte o dinamismo do processo de subdesenvolvimento/desenvolvimento.

Estes elementos metodológicos da Escola da Dependência exigiriam um conhecimento não somente das estruturas internas, mas também das estruturas externas. Isto quer dizer que existe a necessidade de uma 'Teoria de Capitalismo' para explicar o dinamismo das estruturas econômicas e sociais dos países avançados, que funcionariam como estruturas externas aos países dependentes. Esta 'teoria' teria um caráter histórico por que os centros dinâmicos do sistema capitalista têm sofrido mudanças estruturais. Assim, na medida em que examinam-se diferentes situações de dependência determinadas historicamente, deve-se ter em mente os principais elementos (e.g. os principais agentes, características do processo de acumulação, e relações de dominação) encontrados nos diversos estágios de desenvolvimento do capitalismo.

Um outro aspecto importante no plano teórico é que todos os autores argumentam que a Escola da Dependência surgiu como um esforço de preenchimento do 'gap' entre a atual situação das teorias de desenvolvimento e a realidade do subdesenvolvimento. Nos trabalhos de Frank encontram-se críticas explícitas às teorias dualista, funcionalista (paradigma da modernização) e evolucionista (etapas de crescimento - Rostow). Santos aponta a Escola da Dependência como um resultado da crise do modelo teórico de apoio ao processo de substituição de exportações. Cardoso, por seu turno, identifica os estudos de dependência como críticas aos enfoques 'evolucionista' e 'funcionalista'. Sunkel reconhece a limitação dos argumentos Cepalinos e também critica o enfoque 'evolucionista'. Furtado é tão crítico quanto os autores acima, e também aponta o 'gap' entre a 'ciência' e a 'realidade'. Assim, para os autores os estudos de dependência surgem como uma revisão crítica das teorias do subdesenvolvimento em vigor nos anos 60 e 70.

### 3.2. Principais Formulações

Os aspectos gerais de natureza metodológica e teórica mencionados na seção anterior constituiriam a base da Escola da Dependência. Não obstante, encontra-se dentro desta teoria diferentes formulações devido à sua própria natureza. Na medida em que esta Escola surgiu como uma resposta ao caráter parcial, estático e mecânico dos estudos convencionais dos problemas do desenvolvimento e subdesenvolvimento, tem-se tentado

desde dos primeiros trabalhos um enfoque interdisciplinar destes problemas. O resultado é que diferentes autores trabalham a diferentes níveis, usam distintos esquemas conceituais, e diferentes estruturas teóricas e analíticas. É precisamente este fato que impede-nos de falar a respeito de uma 'Teoria' da Dependência. Dada a heterogeneidade dos trabalhos parece-nos mais adequado considerar a existência de uma 'Escola da Dependência'.

Assim, usualmente identifica-se na Escola de Dependência, três diferentes 'origens', sendo que dentro de cada grupo é possível encontrar formulações distintas. O primeiro grupo é caracterizado por uma estrutura marxista em sua análise, na qual os autores têm seguido a tradição imperialista clássica (Lenin, Bukharin, Rosa Luxemburgo, Hilferding), de uma forma revisada e re-elaborada a fim de ajustá-la à análise do capitalismo contemporâneo e a situações presentes de dependência. Ainda neste grupo de tradição marxista verifica-se a influência dos trabalhos de Baran, Sweezy, e Magdoff. (8)

Um segundo grupo está associado com a escola estruturalista que surgiu na América Latina principalmente através dos trabalhos da Cepal. Alguns destes autores têm entendido e interpretado o subdesenvolvimento latino-americano num contexto de dependência desde os anos cinquenta. (9)

Finalmente, o terceiro grupo de autores combinaria estruturas teóricas e analíticas dos dois grupos acima. (10) Car

doso (1971, pp. 38-39), por exemplo, afirma que não existe uma teoria da Dependência independentemente de uma teoria do imperialismo; contudo, argumenta que é necessário reelaborar esta última devido à insuficiência desta teoria para explicar o novo padrão de expansão capitalista internacional. Esta idéia é endossada pela grande maioria dos autores que tratam de situações de dependência. Na realidade, parece que até certo ponto a importância de alguns autores neste grupo é derivada de seus esforços no sentido de trabalhar fora da ortodoxia marxista, com a qual muitos dos autores incluídos no primeiro grupo estão vinculados. (11)

A estas diferentes linhas de pensamento têm correspondido diferentes conceituações de dependência. Se por um lado, autores como Frank não trabalham com o conceito de dependência - toda a idéia de dependência está representada na relação 'metrópole-satélites' (10); por outro, alguns autores sobre dependência apresentam formulações distintas para este conceito. Assim, nos estudos de Santos e Sunkel, este surge a partir de 'estruturas condicionadas' e 'dinamismo induzido' respectivamente. Nos estudos de Cardoso, dependência surge para caracterizar a 'unidade dialética' das relações internas e externas. Nos trabalhos de Furtado, o conceito de dependência reflete o caráter 'adaptativo' da evolução dos países subdesenvolvidos.

Apesar destas diferentes formulações de dependência nos planos teórico-metodológico e conceitual, existe um acordo

geral acerca do pressuposto básico, isto é, a análise do processo de subdesenvolvimento deve levar em consideração a evolução do capitalismo à escala mundial, e as relações entre as estruturas internas com as estruturas externas; é a dinâmica destas relações que permitiria explicar a presente situação dos chamados países subdesenvolvidos. (12)

Deste ponto de vista, vale assinalar que o conceito de dependência tem um caráter histórico. O desenvolvimento econômico dos países primário-exportadores da América Latina no século XIX esteve intimamente articulado à dinâmica dos países que estavam se industrializando. Os ciclos de recessão e prosperidade na América Latina foram resultado desta dinâmica, sendo que a parcela importante das exportações na renda nacional condicionou os padrões e movimentos do crescimento econômico. Na medida em que depois da primeira Guerra Mundial, e principalmente depois da Grande Depressão de 1929, foram criadas algumas condições, de modo que era possível reorientar o crescimento para o mercado doméstico - as exportações tornaram-se menos importantes em termos de geração de renda. Não obstante, um novo padrão de dependência surgiu devido à necessidade de fluxos contínuos e crescentes de recursos para o financiamento do processo de acumulação de capital e transferência de tecnologia.

Assim, o mecanismo da dependência econômica estaria refletido principalmente na vulnerabilidade do balanço de paga

mentos, que seria um elemento chave do processo de substituição de importações. O padrão de dependência é continuamente modificado na medida em que o processo de acumulação de capital exige uma necessidade crescente de se importar novos métodos de produção. No novo padrão de dependência, que se aprofunda nos anos 60 e 70, chamado por Santos (1969) de dependência industrial-tecnológica, além da necessidade de recursos financeiros externos, a transferência de tecnologia (de produção e consumo) desempenha um papel vital no crescimento econômico de países subdesenvolvidos. Na realidade, esta dependência 'tecnológica' será o principal mecanismo pelo qual situações de dependência são reforçadas, é este componente 'tecnológico' que desenharia de forma determinante o perfil do novo padrão de dependência.

Neste ponto também cabe mencionar que, relativamente às atuais situações e mecanismos de dependência, o pressuposto básico geral também permitiria divergências na ênfase colocada por cada autor em como cada mecanismo trabalha para perpetuar as situações de dependência. Neste sentido, Frank na análise do 'desenvolvimento do subdesenvolvimento' enfatiza os mecanismos econômicos, como a estrutura monopolística do comércio internacional, o papel perverso da tecnologia, a transferência de capital devido aos empréstimos externos e ao investimento externo direto. Santos que está mais interessado na 'nova dependência' ou dependência 'tecnológica-industrial' também enfatiza os mecanismos econômicos, como a estrutura concentrada do

mercado internacional de mercadorias e tecnologia, e a vulnerabilidade do balanço de pagamento. Cardoso coloca ênfase nos mecanismos de dependência ao nível do processo sócio-político, nas relações de classes dentro dos países dependentes, e a articulação destes países com forças externas. Sunkel enfatiza os efeitos da transferência de tecnologia e o papel das empresas multinacionais. Furtado coloca ênfase na importação de padrões de consumo como um mecanismo fundamental de dependência.

Depois dos primeiros estudos de dependência que levantaram o problema do dinamismo das relações externas/internas, e as questões metodológicas e teóricas gerais relativas ao processo de subdesenvolvimento/desenvolvimento, era de se esperar que a Escola da Dependência se orientaria para estudos mais específicos de situações concretas de dependência. Neste sentido, estes estudos histórico-estruturais exigiriam um maior número de elementos factuais, um entendimento mais claro, e análise mais completa dos mecanismos de dependência. A vitalidade futura da Escola de Dependência como fornecedora de um ferramental teórico e analítico estaria dependendo da habilidade dos estudiosos do processo de subdesenvolvimento de realizar estudos sobre situações específicas de dependência, a partir da análise de mecanismos particulares, principais agentes, e efeitos específicos da dependência. Isto, contudo, não ocorreu.

### 3.3. Crise do Paradigma

No início dos anos 70 a Escola da Dependência começa a sofrer críticas por parte de cientistas de fora e de dentro da própria Escola.

Cabe mencionar, todavia, que não houve uma penetração das idéias da Escola da Dependência no pensamento anglo-saxônico, exceto por um número restrito de institutos de estudos latino-americanos localizados em algumas universidades européias e norte-americanas. Este fato pode ser explicado pelo próprio abismo entre os paradigmas da Economia do Desenvolvimento tradicional e o da Escola da Dependência.

Dentre as críticas de fora da Escola da Dependência, vale destacar os trabalhos de Lall (1975), O'Brien (1975) e Fagen (1977). O primeiro autor argumenta que quando da leitura da literatura, obtém-se frequentemente a impressão de que 'dependência' é definida por um raciocínio circular. Os países em desenvolvimento são pobres porque são dependentes, e eles mostram todas as características da dependência. (p.800). Lall não teria, assim, encontrado nenhuma conexão causal entre as características usadas para descrever países dependentes e a situação de subdesenvolvimento. Segundo Fagen (1977) o enfoque da dependência não é uma teoria mas sim um "marco conceitual, de um conjunto de conceitos, ... de uma ótica que pretende sistematicamente esclarecer uma ampla gama de problemas".

Os marxistas também apresentaram suas críticas à Escola da Dependência no início dos anos 70. Neste sentido, destacou-se a crítica de Laclau (1971) aos trabalhos de Frank e as críticas gerais de Cueva (1974). O estudo de Warren (1973) procurou mostrar que, contrariamente ao colocado pela Escola da Dependência, os vínculos dos países aceleram o processo de industrialização, a quebra de estruturas arcaicas, e que os obstáculos ao processo de desenvolvimento deveriam ser encontrados nas estruturas internas. Um ataque direto foi feito por Kay (1975, p.103) ao afirmar que "a teoria da dependência apareceu como uma combinação 'ecclética' da teoria econômica ortodoxa e frases revolucionárias". Finalmente, cabe mencionar a crítica de Leys (1977) à Escola da Dependência no sentido de que esta era 'teoricamente estagnante', incapaz de fornecer uma solução, assim como uma formulação de certos problemas e, que 'faltava realismo' nas suas formulações.

As críticas levantadas por cientistas sociais de diferentes correntes, a falta de homogeneidade de pensamento, assim como o elevado nível de abstração e generalização dos estudos sobre dependência, levará a uma gradativa perda de importância deste paradigma em meados dos anos 70. Assim, conforme argumenta um dos mais importantes autores da Escola da Dependência: "Esforços teóricos e analíticos para mostrar o que é específico e novo nas formas correntes de dependência parecem ter-se dissipado em imagens cheias de abstração fáceis mas enganosas; 'desenvolvimento do subdesenvolvimento', 'sub-imperialismo',

'lumpen-bourgeoisie', 'revoluções dos marginais', etc. Embora tais idéias algumas vezes apontam para importantes aspectos da especificidade do processo de industrialização na periferia, e para formas de dominação que o acompanham, elas também levam a análises distorcidas". (Cardoso, 1976).

A falta de homogeneidade de pensamento na Escola da Dependência também torna difícil a identificação de um conjunto coerente de teses a respeito das relações econômicas internacionais da América Latina. Uma crítica de natureza 'positivista' aos estudos sobre dependência é que eles não forneceriam um conjunto de hipóteses operacionais, isto é, argumentos específicos o suficiente para serem testados empiricamente numa situação concreta particular. Esta poderia ser também uma das razões do ocaso da Escola de Dependência em meados dos anos 70, quando pressentia-se que as elevadas abstrações e idéias gerais começavam a ser colocadas de formas aparentemente distintas das concepções originais, sem alterar, contudo, o seu conteúdo.

Um outro aspecto importante refere-se ao escopo limitado do pensamento associado com a Escola da Dependência no que concerne à política econômica. Em grande parte, o 'folego curto' da Escola da Dependência poderia ser explicado pela pouca 'utilidade prática' dos seus ensinamentos. Em síntese, embora a Escola da Dependência tenha influenciado significativamente o pensamento latino-americano sobre o processo do subdesenvolvimento e, em particular, sobre a industrialização substitu

tiva de importações, e as relações internacionais do continente, a partir de meados dos anos 60, parece-nos que já em meados dos anos 70 verificava-se uma 'crise do paradigma' da dependência.



4. O PENSAMENTO LATINO-AMERICANO EM RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS DURANTE A DÉCADA DE 70

"A verdade emerge mais do erro do que da confusão".

*Francis Bacon*

O pensamento latino-americano em relações internacionais na década de 70 sofreu a influência de diferentes processos atuando em diversos planos. Em primeiro lugar, ocorreu a já discutida 'crise do paradigma' da dependência, que deixaria um espaço vago a ser preenchido em termos de novas contribuições analíticas e teóricas acerca do processo de desenvolvimento da América Latina e, em particular, das suas relações econômicas internacionais.

Em segundo lugar, ocorreram importantes modificações na evolução da formação acadêmica dos profissionais de economia, mais precisamente um aumento no número de profissionais de economia habilitados à uma análise mais aprofundada dos problemas latino-americanos, aliado a uma melhora no nível médio de qualificação destes profissionais e aumento do número de centros de 'elite' de pesquisa e ensino.

Em terceiro lugar, ocorreu uma diversificação da formação acadêmica dos economistas latino-americanos. Esta diver-

sificação deveu-se ao aprofundamento da penetração do neoclassicismo 'refinado', do neoinstitucionalismo, e das idéias do neomarxismo. (13) Adicionalmente, cabe destacar a influência da ortodoxia econômica, em particular, do monetarismo. (14)

Em quarto lugar, na década de 70 ocorreu uma diversificação da estrutura econômica dos países latino-americanos. Se na década de 50 a característica comum dos países da região era o fato destes se constituírem em economias primário-exportadoras, duas décadas depois alguns países tinham montado parques industriais relativamente sofisticados, que lhes permitiam exportar produtos manufaturados. Não resta dúvida acerca da elevada variância do grau de sofisticação das estruturas industriais latino-americanas na década de 70, o que dificultou sobremaneira a construção de um pensamento latino-americano que incorporasse 'a realidade' dos países da região.

Em quinto lugar, a falência do projeto de construção de um capitalismo nacional autônomo na região - que era abrangente o suficiente para receber apoio tácito ou explícito de distintas correntes políticas e ideológicas - vai deixar um espaço vazio em termos da existência de projeto de desenvolvimento que receba um suporte mais ou menos generalizado na sociedade. Assim, faltou uma convergência mínima de interesses que impulsionasse a criação e difusão de um paradigma.

Finalmente, deve-se mencionar o efeito direto sobre o pensamento latino-americano em relações econômicas internacio-

nais da própria crise da economia internacional que vigora desde meados dos anos 70. Esta crise da economia mundial teria gerado uma crise do pensamento, que, vale assinalar, não é específica à América Latina. Conforme é assinalado por Castells (1976, p.5) "a crise também fez-se manifestar numa crise do pensamento sobre a crise".

A interação dos processos acima vai, na realidade, dificultar a identificação de um fio condutor para a compreensão das diversas etapas da reflexão latino-americana sobre relações internacionais na década de 70. Após a crise do paradigma da Dependência não ocorreu nenhuma substituição de paradigma na América Latina, o que dificulta a realização de um trabalho de identificação de existência de recursos conceituais, aparelhos metodológicos e estruturas teórico-analíticas próprios, que constituem um corpo teórico mais ou menos homogêneo, e que permita a formulação de hipóteses específicas.

Na realidade, neste trabalho propomo-nos a avançar a hipótese - a ser discutida em outros trabalhos mais detalhados, que tenham, inclusive, o benefício de uma retrospectiva mais ampla - de que pelas razões mencionadas acima não existiu na América Latina um paradigma de pensamento em relações econômicas internacionais na década de 70. Existiu, sim, a interpenetração, articulação, e operação paralela de diferentes correntes do pensamento econômico contemporâneo aplicado às relações internacionais da América Latina; assim como nos traba-

lhos de economistas latino-americanos reconhecem-se traços — em alguns casos significativos — dos paradigmas da Cepal e da Dependência.

Destarte, esta parte do nosso trabalho vai ter, naturalmente, um caráter incompleto, e se constitui no primeiro passo numa direção que será posteriormente tratada de forma mais ampla e acabada.

## 5 . SUMÁRIO E CONCLUSÃO

O objetivo central deste trabalho é analisar o pensamento latino-americano em relações econômicas internacionais.

Na medida em que o processo cognitivo tem antes de tudo um caráter histórico, procurou-se verificar a existência de paradigmas no pensamento latino-americano anterior ao período em questão. Este procedimento leva-nos a destacar dois paradigmas importantes do pensamento latino-americano pós-Segunda Grande Guerra a respeito do processo de desenvolvimento e, em particular, das relações econômicas internacionais da região, a saber, o pensamento da Cepal e a Escola da Dependência.

A análise desenvolvida nas partes 2 e 3 destacou a importância destes paradigmas para a compreensão da realidade da América Latina, onde as relações com o exterior são elementos determinantes da evolução econômica, política e social da região. Naturalmente, o impacto destes paradigmas foi diferenciado não só em termos da sua receptividade junto a 'academia', como também na implementação da política econômica. Não resta dúvida, que o pensamento da Cepal exerceu uma influência muito mais significativa que a Escola da Dependência. Dentre os fatores explicativos da 'força' comparativa do pensamento da Cepal, devemos destacar, em primeiro lugar, o seu lado 'real', isto é, a força da Cepal deveu-se em grande parte às implicações de política econômica derivadas do trabalho

teórico desenvolvido no âmbito da instituição. Este fato significou a existência de propostas concretas relativas à política comercial, cambial, creditícia, comercial, tecnológica, etc. Em segundo lugar, o projeto de capitalismo nacional autônomo da Cepal era abrangente o suficiente para incorporar correntes políticas e ideológicas bastante distintas. Assim, de uma forma tácita ou explícita os projetos desenvolvimentistas de um lado populista buscavam o apoio de grupos políticos à esquerda e à direita, o que viabilizou a implementação de planos de industrialização substitutiva de importações na região. Um terceiro aspecto, refere-se a que o pensamento da Cepal representava uma posição institucional sólida na América Latina e, que, adicionalmente tinha uma natureza transnacional, que lhe dava uma legitimidade e força não só na região como também no resto do mundo.

Just but not least, o pensamento da Cepal apresentou um elevado grau de homogeneidade e coerência em virtude não só do seu caráter institucional, já mencionado, como também em decorrência da liderança intelectual exercida pelo economista argentino Raul Prebisch. Esta unidade de pensamento refletida nas suas teses é resumida pelo próprio Prebisch (1981, pp. 26-28):

"Tomé como punto de partida la consideración según la cual el capitalismo periférico era parte integrante del sistema mundial, ordenado de acuerdo al esquema pretérito de la división internacional del trabajo y de las ventajas comparativas. Capitalismo subsidiario, apéndice, subordinado a los intereses de los países avanzados bajo el signo de su hegemonía y del imperio de las leyes del mercado.

El capitalismo de esos países avanzados era esencialmente centrípeto, y sigue siéndolo. Su dinámica, con ser muy importante, no bastaba para que la periferia pudiera impulsar su propio desarrollo; ella debía alguna vez crear su propia dinámica rompiendo aquel esquema pretérito.

Para lograr este objetivo, la periferia tenía que industrializarse, esto es, hacer en forma deliberada lo que la dinámica de los centros no había traído espontáneamente.

La industrialización ya había tomado aliento a raíz de la gran depresión. Pero despertaba fuertes resistencias dentro y fuera de la América Latina. Correspondió a la CEPAL demostrar la racionalidad de esta exigencia ineludible del desarrollo. Exigencia estrechamente ligada al progreso técnico de la agricultura. Cuanto más aumentara allí la productividad gracias a

ello, tanto más intensa tendría que ser la industrialización. De lo contrario se acentuaría la tendencia al deterioro relativo de los precios de la agricultura, poniendo freno a su expansión en menoscabo del ritmo de desarrollo, y se dificultaría la absorción productiva de la fuerza de trabajo.

Nos esforzamos entonces en hacer comprender, que dado el retardo histórico del desarrollo periférico, debido a la indole centrípeta del capitalismo, resultaba necesario proteger moderadamente las nuevas industrias para compensar sus mayores costos.

Tal fue el principio de sustitución de importaciones sobre el cual se sustentaba el concepto del desarrollo hacia adentro, pues no parecía posible, para el conjunto de América Latina, hacerlo entonces hacia afuera. La sustitución fue una consecuencia de las condiciones de los centros, adversas a las exportaciones periféricas.

Sin embargo, en la CEPAL también sostuvimos que había grandes posibilidades de intercambio recíproco entre los países latinoamericanos; el objetivo final sería llegar con el andar del tiempo al mercado común. La ampliación de los mercados y la competencia promovieron reducir los costos hasta que la industria fuera internacionalmente competitiva.

Sin duda que la industrialización se ha desenvuelto con grandes fallas. Pero gracias a ella se pudo alcanzar un ritmo de desarrollo superior al que habrían permitido las exportaciones primarias a los centros. En verdad, la pérdida de ingresos representada por los mayores costos de los productos industriales fue compensada con creces por el incremento mucho mayor del producto global de la economía.

Esas fallas radicaban principalmente en la protección exagerada y en la asimetría de la industrialización: se estimulaba la sustitución sin ofrecer incentivos similares a la exportación de manufacturas. Así lo dijimos francamente a comienzos de los años sesenta.

Asimismo, propusimos la idea de planificación del desarrollo. No negábamos, por cierto, la importancia del mercado. Pero este mecanismo, insistimos, no permitía prever los cambios estructurales que provocaba el desarrollo ni realizar aquellos que eran necesarios para impulsarlo. Se imponía por ello el complemento de la planificación, tanto para elevar el ritmo de acumulación de capital, a fin de hacer frente a las exigencias del desarrollo, como para prevenir sus consecuencias.

En efecto, el ritmo de acumulación era insuficiente no sólo debido a la fase inicial en que se encontraba el desarrollo de la periferia sino a la imitación del consumo de los centros y a la incorporación de tecnologías que al requerir creciente densidad de capital disminuían la absorción de fuerza de trabajo."

Por seu turno, a Escola da Dependência não apresentou as características mencionadas que determinaram a força do pensamento da Cepal, o que certamente não lhe tira a importância no pensamento latino-americano. Segundo Cardoso (1980, p.12) a contribuição principal dos 'dependentistas' latino-americanos "foi a de mostrar que a partir de meados dos anos 50, havia uma nova dinâmica no capitalismo internacional, impulsionado pelas empresas multinacionais, e que ela levaria a uma nova divisão internacional do trabalho. Estava em curso a internacionalização da produção capitalista. A linha de separação entre o mercado interno e o externo se redefinía: o imperialismo, que fora obstáculo à industrialização da periferia, passava a ser mola propulsora de um certo tipo de desenvolvimento industrial".

Comparativamente à análise desenvolvida pela Cepal durante a década de 50, "a novidade das análises da dependência não constitui, portanto, em sublinhar a dependência externa da economia que já fora demonstrada pela Cepal. Ela veio de outro ângulo: veio da ênfase posta na existência de relações estruturais e globais que unem as situações periféricas ao centro. Os estudos sobre a dependência mostravam que os interesses das economias centrais (e das classes que as sustentam) se articulam no interior dos países subdesenvolvidos com os interesses das classes dominantes locais. Existe pois uma articulação estrutural entre o centro e a periferia e esta articulação é global: não se limita ao circuito do mercado in-

ternacional, mas penetra na sociedade, solidarizando interesses de grupos e classes externos e internos e gerando pactos políticos entre eles que desembocam no interior do estado".

(Cardoso 1980, p.11)

Ambos os paradigmas entram em crise no momento em que começa a ser crítica a distância entre a estrutura teórica recebida e a realidade política, econômica e social da América Latina. No caso do pensamento da Cepal esta crise de paradigma ocorreu em meados dos anos 60 com a própria crise do modelo de industrialização substitutivo de importações, enquanto a Escola da Dependência - que surge em parte como uma revisão crítica do pensamento cepalino - experimenta a sua crise em meados dos anos 70 em virtude também do seu reduzido poder explicativo frente a nova realidade latino-americana e mundial após a ruptura do sistema de Bretton Woods e a crise energética.

A crise econômica internacional dos anos 70 e de início dos anos 80 vai se manifestar também numa crise do pensamento sobre a crise, e em particular, sobre as relações econômicas internacionais. Este fato é evidente na confusão de ordem teórica vigente nos países avançados a respeito da realidade econômica contemporânea. Conforme muito bem expressou o Secretário Executivo da Cepal: "Não menos grave é a questão das concepções teóricas dominantes, as quais não têm podido sugerir uma trajetória de ação clara e viável aos condutores

da política econômica frente a este difícil e intrincado panorama. "Os repetidos debates entre as correntes monetaristas e Keynesianas não têm conseguido esclarecer suficientemente nem as causas da estagflação nem muito menos as medidas que seriam preciso adotar para superá-la. A esta confusão no plano teórico e à sua inevitável projeção no terreno da ação se tem somado a falta de uma coordenação entre as políticas econômicas dos países industriais que resulte adequada à natureza dos sérios problemas que enfrenta hoje a comunidade internacional" (Iglesias, 1982)

O pensamento latino-americano na década de 70 a respeito da realidade econômica da região e, em particular, das suas relações econômicas internacionais, não foge à regra da inexistência de paradigmas no pensamento econômico contemporâneo. As infundáveis controvérsias entre neoclássicos, Keynesianos, Marxistas, e, mais recentemente, ortodoxia monetarista (todas nas suas diferentes versões 'clássicas' e 'revisadas'), a crise de paradigmas autóctones, e a crescente complexidade das relações econômicas internacionais, têm levado a uma situação de geral perplexidade frente aos problemas, com a exceção óbvia e sempre presente dos 'ortodoxos', que possuem doutrinas sem dimensão espacial e temporal.

Neste sentido, verifica-se a inexistência de um paradigma latino-americano de relações econômicas internacionais na década de 70, da mesma forma que não existe um paradig

ma a respeito das relações internacionais no pensamento econômico contemporâneo. O poder explicativo das teorias clássicas e neoclássicas de comércio internacional vêm sendo continuamente criticado, e verifica-se cada vez mais que a complexidade dos fatores determinantes do comércio internacional inibe a construção de uma teoria geral a este respeito. (Van Meerhaeghe, 1980, cap. 3). A análise do investimento internacional - determinantes da expansão das empresas transnacionais - experimentou desenvolvimentos teóricos interessantes durante a década de 70, que, todavia, parecem desembocar em esquemas taxonômicos mais ou menos sofisticados, onde a teoria dá lugar ao tratamento caso-a-caso. (Gonçalves, 1982). Finalmente, no que diz respeito ao sistema monetário e financeiro internacional, a ruptura das regras do Acordo de Bretton Woods em 1971 e a crise financeira internacional dez anos depois, criaram um quadro de risco e incerteza que resiste a tratamentos analíticos mais rigorosos. Na realidade, analistas e políticos têm se defrontado com um não sistema monetário internacional (Williamson, 1976), e um sistema financeiro internacional que evolui num quadro de elevada instabilidade. (IMF, 1982).

Num quadro crítico de relações econômicas internacionais - e de crise do pensamento econômico contemporâneo - podemos destacar como um importante esforço de compreensão da realidade latino-americana os trabalhos teóricos realizados por Raul Prebisch na segunda metade dos anos 70. Assim, aquele que foi talvez o economista de maior influência na América La-

tina nas últimas décadas, cuja concepção básica de centro-periferia havia sido originalmente desenvolvida durante os anos 30 de grande depressão na economia internacional, volta nos anos 70 - fase de crise econômica aguda no mundo - a apresentar o que talvez seja o esforço mais significativo de construção de uma teoria de desenvolvimento do capitalismo periférico. Infelizmente, não existe possibilidade neste trabalho de uma análise aprofundada e detalhada do pensamento prebischiano recente, todavia, vale destacar a tese fundamental do que, talvez, seja um novo paradigma de pensamento latino-americano, que está se desenhando nos últimos anos. A tese fundamental de Prebisch é que "na periferia o capitalismo ou economia de livre mercado realiza mal as duas funções básicas de qualquer sistema econômico: acumular capital reprodutivo para maximizar o emprego e a produção, por um lado, e por outro distribuir o produto de tal modo que satisfaça as necessidades da população". (15)

A respeito da importância do trabalho recente de Prebisch, argumenta-se que "Trinta anos depois este autor apresenta, com este livro (Capitalismo Periférico. Crisis y Transformación), outra crítica global do sistema de idéias dominantes. Desta vez ultrapassa o marco econômico e propõe uma teoria da sociedade. Seria interessante historiar a gênese desta nova teoria, pois serviria para ilustrar a explicação que propõe Kuhn a cerca do surgimento e declínio de paradigmas como forma de avanço da ciência. De fato, esta nova

crítica vai se construindo a partir das falências da concepção global anterior para explicar uma realidade e resolver seus principais problemas". (Hopenhayn 1982, p.294)

Segundo Cardoso (1977, p. 53) no trabalho 'Críticas ao Capitalismo Periférico', publicado no primeiro número da Revista de la Cepal (1976), Prebisch "refaz seu percurso teórico, numa espécie de reafirmação do Manifesto de 1949 acerca dos temas pertinentes: dependência, distribuição desigual dos frutos do progresso técnico, democratização. O texto praticamente não quebra a linha-'clássica', eu ousaria dizer - da Cepal."

Para finalizar, cabe mencionar que no âmbito das idéias, da razão, do pensamento, a própria complexidade e profundidade da atual crise econômica internacional - que na realidade, faz parte maior do que poderíamos chamar de uma crise de civilização - desafia e põe em cheque a própria razão e imaginação dos homens no seu esforço de análise e compreensão, sem falar da definição de estratégias de superação de obstáculos. Isto é verdade não somente para o pensamento latino-americano, como também para o pensamento econômico contemporâneo.

#### NOTAS

- (1) Ainda segundo Kuhn (1970, p.10), um paradigma pode ser entendido como realizações científicas que apresentam duas características: i) "it was sufficiently unprecedented to attract an enduring group of adherents away from competing modes of scientific activity"; ii) "it was sufficiently open-ended to leave all sorts of problems for the redefined group of practitioners to resolve".
- (2) Cf. Rodriguez (1980) p. 6. Este trabalho é a contribuição mais recente e profunda a respeito de estudo do pensamento Cepalino.
- (3) Dentre os economistas que escreveram sobre a tese de Prebisch, temos: Baldwin, Ellsworth, Haberler, Johnson, Kindleberger, Lewis, Singer, Streeten e Viner.
- (4) A questão do debate estatístico sobre a evolução dos termos de troca é analisada em detalhe por Spraos (1980). Uma síntese deste debate é apresentada por Gonçalves e Barros (1982).
- (5) Uma síntese das críticas à Economia do Desenvolvimento são encontrada em Nafziger (1976). Com relação à Sociologia do Desenvolvimento, ver Bernstein (1971).

- (6) Para uma avaliação crítica do 'modelo de difusão' e com parações com o 'modelo' da dependência, ver Chilcote and Edelstein (1974) pp. 1-87.
- (7) Vários 'surveys' têm sido realizados a respeito da Escola da Dependência. Cf. Chilcote (1974), O'Brien (1974), Girvan (1973), Lall (1975) e Moran (1976).
- (8) Neste primeiro grupo destacaríamos Frank (1967), Frank (1969), Frank (1970) e Frank (1975), Santos (1969), Santos (1970), Marini (1973) e Quijano (1972). Frank (1969, p. xi) é influenciado significativamente pelos trabalhos de Baran, Sweezy e Magdoff; enquanto Santos (1969, p. 73) reconhece a contribuição da teoria do imperialismo.
- (9) Um exemplo importante é Furtado (1959). Ver também Furtado (1966), Furtado (1968), Furtado (1971), Furtado (1974), Sunkel (1969), Sunkel (1972), Sunkel (1973), e Paz (1970).
- (10) Cf. Cardoso (1970), Cardoso (1971), Cardoso (1972), Cardoso (1973), Cardoso (1976), Cardoso e Faletto (1969), e Bertero (1969).
- (11) A respeito das limitações das teorias marxistas do imperialismo, ver Cardoso (1971) e Santos (1969).

- (12) Cf. Furtado (1971) p. 336, Cardoso (1971) p. 31, Sunkel (1973) p. 135, e Santos (1969) p. 76.
- (13) Segundo Brenner (1977): "O aparecimento de barreiras sistêmicas ao avanço econômico no curso da expansão capitalista - o 'desenvolvimento do subdesenvolvimento' - tem colocado problemas difíceis para a teoria Marxista. Tem surgido, em resposta, uma tendência forte para revisar as idéias de Marx no que diz respeito ao desenvolvimento econômico. Em parte esta tem sido uma reação saudável ao Marx do Manifesto, que vislumbrou um processo mais ou menos direto e inevitável de relações sociais de produção capitalistas e, sobre esta base, colocando um processo de acumulação de capital e desenvolvimento econômico seguindo mais ou menos o padrão dos países de origem do capitalismo". (p.25)
- (14) Cabe mencionar que os regimes políticos ditatoriais vigentes na América Latina permitiram diferentes experiências (e na maior parte dos casos, de fracassos) em política econômica dos mais variados matizes e significados. Em particular, destacou-se a aplicação da ortodoxia monetarista incorporada em programas de estabilização.



- (15) Os trabalhos de Raul Prebisch da segunda metade dos anos 70 foram publicados principalmente na Revista da Cepal, e foram reunidos num livro. "Capitalismo Periférico. Crisis y Transformación". Ed. Fondo de Cultura, México. Uma análise interessante deste livro é feita por Hopenhayn (1982), de onde tiramos a citação apresentada no texto. (p.290).

ESTE LIVRO SÓ DEVE SER CONSULTADO NA RESERVA

Título

S  
UFRJ / IE  
TD 15

Gonçalves, Reinaldo  
Crise (D) e pensamento latino-  
americano em relações econômicas  
internacionais.—1983.

NS 560291

FEA-UFRJ

BOLSO/LIVRO

ATENÇÃO  
ESTE LIVRO SÓ DEVE SER CONSULTADO NA RESERVA

Efetue a devolução na data prevista, para benefício de todos os usuários.

Obs.: O prazo de empréstimo poderá ser prorrogado, caso a obra não esteja sendo procurada por outro leitor.